

SUMÁRIO

ÚLTIMA PROVA.....	11
→ DIREITO ADMINISTRATIVO	11
→ DIREITO CONSTITUCIONAL	12
→ DIREITO PENAL	12
→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO	12
→ ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	17
→ INFORMÁTICA	17
→ MATEMÁTICA.....	17
→ PORTUGUÊS.....	18
→ RACIOCÍNIO LÓGICO	21
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	23
→ DECRETO Nº 1.171/1994 – CÓDIGO DE CONDUTA DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	23
→ DECRETO Nº 6.029/2007 – SISTEMA DE GESTÃO DA ÉTICA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	25
DIREITO CONSTITUCIONAL.....	27
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	27
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	28
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	29
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º)	34
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	35
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	36
→ PERDA DA NACIONALIDADE	36
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	37
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	37
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	40
DIREITO ADMINISTRATIVO	43
→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	43
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	43

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	43
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	44
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	44
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	45
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	45
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	45
→ PODER REGULAMENTAR.....	45
→ PODER HIERÁRQUICO	45
→ PODER DISCIPLINAR	46
→ PODER DE POLÍCIA.....	46
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	47
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	47
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	47
→ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	48
→ CONCEITOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987).....	50
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	50
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987)	50
→ CONCESSÕES - DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES, LEI 8.987)	50
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS).....	51
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	51
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	51
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS, CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO)	52
→ CONTROLE JURISDICIONAL.....	52
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	53
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	53
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	53
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (LEI 8.112 – ARTS. 1º A 4º).....	53
→ FORMAS DE PROVIMENTO (LEI 8.112 – ARTS. 5º A 32)	53
→ DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS (LEI 8.112 – ARTS. 61 A 76).....	54
→ DO REGIME DISCIPLINAR (LEI 8.112 – ARTS. 116 A 142).....	54
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (LEI 8.112 – ARTS. 143 A 182).....	55
→ DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR (LEI 8.112 – ARTS. 183 A 230).....	55
→ SUJEITOS ATIVO E PASSIVO (ARTS. 1º A 8º DA LEI Nº 8.429)	55
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	56
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	57
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E JUDICIAL (ARTS. 14 A 18 DA LEI Nº 8.429/1992).....	57
→ DAS DISPOSIÇÕES PENAIAS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992).....	58
→ DA PRESCRIÇÃO (ART. 23 DA LEI Nº 8.429/1992).....	58
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	58

→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999).....	58
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	58
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999).....	59
→ DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO (ARTS. 53 A 55 DA LEI Nº 9.784/1999).....	59
→ DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO (ARTS. 56 A 65 DA LEI Nº 9.784/1999).....	59

LÍNGUA PORTUGUESA 61

→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC.).....	61
→ ACENTUAÇÃO.....	62
→ SUBSTANTIVO	63
→ ADJETIVO	63
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	63
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	65
→ PRONOMES PESSOAIS.....	66
→ PRONOMES INTERROGATIVOS.....	66
→ PREPOSIÇÃO.....	66
→ CONJUNÇÃO.....	67
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	71
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	76
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	85
→ CRASE.....	87
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	93
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	96
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	118
→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	124
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	125
→ VOCATIVOS	125
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO.....	126
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	127
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	127
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO).....	127
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL).....	127
→ JULGAMENTO DE TRECHOS QUANTO A CORREÇÃO (RED. OFICIAL)	127

RACIOCÍNIO LÓGICO 131

→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	131
→ OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	134
→ PORCENTAGEM.....	135
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	137

→ PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS.....	139
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	140
→ DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	141
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	141
→ NÚMEROS IRRACIONAIS.....	141
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO ETC.).....	142

INFORMÁTICA 143

→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO.....	143
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	143
→ WINDOWS 7.....	143
→ WINDOWS 10.....	144
→ WORD 2019.....	146
→ EXCEL 2019.....	147
→ POWERPOINT 2019.....	147
→ WRITER.....	147
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	147
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO.....	149
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	149
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	150
→ INTRANET E EXTRANET.....	150
→ INTERNET EXPLORER.....	151
→ MOZILLA FIREFOX.....	151
→ GOOGLE CHROME.....	151
→ MICROSOFT EDGE.....	152
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	152
→ OUTLOOK 2016 E 365.....	153
→ OUTLOOK 2019.....	153
→ MOZILLA THUNDERBIRD.....	153
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	153
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	153
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE.....	157

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 159

→ PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA (ARTS. 189 A 211).....	159
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP).....	159
→ DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL (ART. 328 A 337-A DO CP).....	159
→ CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL.....	159
→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	159

→ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	160
→ SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	160
→ EMPREGADO (RGPS)	161
→ EMPREGADO DOMÉSTICO (RGPS).....	161
→ CONTRIBUINTE INDIVIDUAL (RGPS).....	161
→ SEGURADO ESPECIAL (RGPS).....	161
→ SEGURADO FACULTATIVO (RGPS).....	162
→ DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.....	162
→ DO AUXÍLIO-DOENÇA	162
→ DO AUXÍLIO-ACIDENTE.....	162
→ DA PENSÃO POR MORTE.....	162
→ ACIDENTE DE TRABALHO.....	162
→ DO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	162
→ DA ARRECAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES (PRESCRIÇÃO, DECADÊNCIA E OUTROS).....	162
→ CONSELHOS SETORIAIS (SEGURIDADE SOCIAL).....	162
→ DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES (ARTS. 4º E 5º DA LEI Nº 8.742/93)	162
→ DOS BENEFÍCIOS (ARTS. 20 A 22 DA LEI Nº 8.742/93).....	163

ÚLTIMA PROVA

→ DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item que se segue, acerca da administração pública.

Na análise da moralidade administrativa, pressuposto de validade de todo ato da administração pública, é imprescindível avaliar a intenção do agente.

() CERTO () ERRADO

2. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item que se segue, acerca da administração pública.

Em decorrência do princípio da impessoalidade, as realizações administrativo-governamentais são imputadas ao ente público e não ao agente político.

() CERTO () ERRADO

3. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o próximo item, a respeito dos atos administrativos.

A autoexecutoriedade é atributo restrito aos atos administrativos praticados no exercício do poder de polícia.

() CERTO () ERRADO

4. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o próximo item, a respeito dos atos administrativos.

Em decorrência do princípio da autotutela, não há limites para o poder da administração de revogar seus próprios atos segundo critérios de conveniência e oportunidade.

() CERTO () ERRADO

5. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o próximo item, a respeito dos atos administrativos.

O ato praticado por agente não competente para fazê-lo poderá ser convalidado discricionariamente pela autoridade competente para sua prática, caso em que ficará sanado o vício de incompetência.

() CERTO () ERRADO

6. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o seguinte item, acerca da concessão de serviço público.

A encampação, que consiste em rescisão unilateral da concessão pela administração antes do prazo acordado, dá ao concessionário o direito a ressarcimento de eventual prejuízo por ele comprovado.

() CERTO () ERRADO

7. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item que se segue, acerca da administração pública.

No cômputo do limite remuneratório (chamado de teto constitucional), devem ser consideradas todas as parcelas percebidas pelo agente público, incluídas as de caráter indenizatório.

() CERTO () ERRADO

8. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Considerando que determinado servidor público federal tenha sido removido para outra sede, situada em outro município, para acompanhar sua esposa, que também é servidora pública federal e foi removida no interesse da administração, julgue o item seguinte à luz do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

Ainda que o servidor e sua esposa sejam integrantes de órgãos pertencentes a poderes distintos da União, a remoção do servidor poderia ser concedida.

() CERTO () ERRADO

9. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Considerando que determinado servidor público federal tenha sido removido para outra sede, situada em outro município, para acompanhar sua esposa, que também é servidora pública federal e foi removida no interesse da administração, julgue o item seguinte à luz do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

É correto inferir que houve interesse da administração na remoção do servidor, pois esse é um dos requisitos para sua concessão.

() CERTO () ERRADO

10. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Considerando que determinado servidor público federal tenha sido removido para outra sede, situada em outro município, para acompanhar sua esposa, que também é servidora pública federal e foi removida no interesse da administração, julgue o item seguinte à luz do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

A referida remoção pressupõe o deslocamento do cargo ocupado pelo servidor para outro órgão ou entidade do mesmo poder.

() CERTO () ERRADO

11. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990.

Como medida que contribui para a melhoria da qualidade de vida do servidor público, é-lhe facultado optar pela acumulação de períodos de licença-capacitação, caso não seja possível usufruí-los após cada período aquisitivo.

() CERTO () ERRADO

12. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item conforme o disposto na Lei n.º 8.112/1990.

Em conformidade com a Lei n.º 8.112/1990, o servidor público poderá ser afastado do Brasil para missão oficial por tempo indeterminado.

() CERTO () ERRADO

13. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Considerando que determinado servidor público federal tenha sido removido para outra sede, situada em outro município, para acompanhar sua esposa, que também é servidora pública federal e foi removida no interesse da administração, julgue o item seguinte à luz do disposto na Lei n.º 8.112/1990.

O período de afastamento do servidor para o deslocamento e para a retomada do exercício do cargo no novo município, observados os limites legais, é considerado como de efetivo exercício.

() CERTO () ERRADO

→ DIREITO CONSTITUCIONAL

14. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

Em decorrência do princípio da igualdade, é vedado ao legislador elaborar norma que dê tratamento distinto a pessoas diversas.

() CERTO () ERRADO

15. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito dos direitos fundamentais, julgue o item a seguir.

O direito à vida desdobra-se na obrigação do Estado de garantir à pessoa o direito de continuar viva e de proporcionar-lhe condições de vida digna.

() CERTO () ERRADO

→ DIREITO PENAL

16. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Maria, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos freezers para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos freezers, Maria deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social.

Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue o próximo item.

Iniciada ação fiscal em desfavor de Maria, o juiz responsável pelo processo não poderá deixar de aplicar pena, ainda que Maria efetue os pagamentos devidos, seja ré primária e goze de bons antecedentes.

() CERTO () ERRADO

17. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Maria, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos freezers para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos freezers, Maria deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social.

Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue o próximo item. A conduta de Maria configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.

() CERTO () ERRADO

→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO

18. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

() CERTO () ERRADO

19. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A seguridade social é organizada mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

() CERTO () ERRADO

20. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.

() CERTO () ERRADO

21. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto no Decreto n.º 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

A universalidade da cobertura e do atendimento inclui-se entre os princípios que regem as ações dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

() CERTO () ERRADO

22. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue o seguinte item.

Em caso de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada, a previdência social poderá elevar alíquotas das contribuições sociais de empregados e empregadores até o limite do débito apurado.

() CERTO () ERRADO

23. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue o seguinte item.

Além da contribuição proveniente de empregados e empregadores, são fontes de custeio da seguridade social, de forma direta e indireta, os recursos oriundos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios.

() CERTO () ERRADO

24. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Os princípios que regem a previdência social incluem a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços prestados às populações urbanas e rurais.

() CERTO () ERRADO

25. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.

() CERTO () ERRADO

26. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação ao conteúdo e à autonomia da legislação previdenciária, julgue o item abaixo.

Lei complementar editada pela União poderá autorizar os estados e o DF a legislar sobre questões específicas relacionadas à seguridade social.

() CERTO () ERRADO

27. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue o item a seguir, acerca dos segurados do RGPS. Síndica do condomínio predial em que reside e que receba como pró-labore a quantia equivalente a um salário mínimo será considerada segurada obrigatória do RGPS na qualidade de empregada.

() CERTO () ERRADO

28. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item seguinte à luz do Decreto n.º 3.048/1999 e da CF.

O indivíduo que, não sendo detentor de cargo efetivo, for nomeado para um cargo em comissão no âmbito da União não será segurado obrigatório do RGPS.

() CERTO () ERRADO

29. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto no Decreto n.º 3.048/1999, que aprovou o regulamento da previdência social, julgue o item subsecutivo.

Aquele que presta serviço de natureza contínua, mediante remuneração, a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos, é considerado contribuinte individual, segurado obrigatório da previdência social.

() CERTO () ERRADO

30. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue o item a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

Brasileiro contratado pela Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil faz parte como membro efetivo, é considerado segurado obrigatório do RGPS, mesmo que domiciliado e contratado no exterior, salvo se estiver coberto por regime próprio de previdência social.

() CERTO () ERRADO

31. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue o item a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

Pastor evangélico que atue exclusivamente em sua atividade religiosa é considerado segurado facultativo do RGPS.

() CERTO () ERRADO

32. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue o item a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

É considerado segurado obrigatório do RGPS na qualidade de contribuinte individual o associado eleito para cargo de direção em cooperativa, associação ou entidade de qualquer natureza, mesmo que não receba remuneração.

() CERTO () ERRADO

33. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação a contribuições sociais dos segurados e(ou) a decadência e prescrição relativamente a benefícios previdenciários, o próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ronaldo, segurado contribuinte individual da previdência social, optou pela contribuição de alíquota reduzida, de 11%, que exclui o direito ao benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. Nessa situação, caso pretenda obter aposentadoria por tempo de contribuição, Ronaldo poderá fazer a complementação da diferença entre o percentual pago e o percentual devido, acrescida de juros moratórios.

() CERTO () ERRADO

34. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue o item a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

Situação hipotética: Pedro trabalha como professor remunerado de uma escola particular e, concomitantemente, explora atividade econômica agropecuária em regime de economia familiar em uma chácara de dois módulos fiscais.

Assertiva: Nessa situação, Pedro é segurado obrigatório do RGPS em relação a cada uma das atividades realizadas.

() CERTO () ERRADO

35. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, julgue o item a seguir, acerca dos segurados do RGPS.

O pescador que exerça essa atividade como principal meio de vida é considerado segurado especial mesmo que tenha empregados permanentes.

() CERTO () ERRADO

36. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação ao segurado especial e ao segurado facultativo, julgue o próximo item à luz do Decreto n.º 3.048/1999.

O recebimento de dinheiro decorrente de programa assistencial oficial do governo federal descaracteriza a condição de segurado especial.

() CERTO () ERRADO

37. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação ao segurado especial e ao segurado facultativo, julgue o próximo item à luz do Decreto n.º 3.048/1999.

Situação hipotética: Maria, com vinte e dois anos de idade, recebe bolsa de estudos para se dedicar em tempo integral a trabalho de pesquisa, não possuindo qualquer vinculação a regime de previdência. **Assertiva:** Nessa situação, Maria poderá filiar-se facultativamente ao RGPS.

() CERTO () ERRADO

38. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Em fevereiro de 2016, Valdemar, que era empregado pelo regime celetista e recebia um salário mínimo de sua empregadora, foi demitido e, 30 dias depois, condenado à pena de prisão em regime fechado. Ele é casado com Idalina, com quem tem dois filhos menores.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base nos regramentos previdenciários acerca do auxílio-reclusão. Assim que terminar de cumprir a pena, Valdemar deixará de ser segurado da previdência social.

() CERTO () ERRADO

39. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n.º 3.048/1999, julgue o item a seguir. Desde que presentes os demais pressupostos da filiação, admite-se a inscrição post mortem do segurado especial.

() CERTO () ERRADO

40. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item seguinte à luz do Decreto n.º 3.048/1999 e da CF.

Situação hipotética: João exerce atividade econômica com finalidade lucrativa na sua própria residência. Recentemente, ele contratou Maria para fazer a limpeza de sua residência, de forma habitual e remunerada, e, inclusive, atender clientes.

Assertiva: Nessa situação, João será considerado empregador doméstico com relação aos serviços prestados por Maria.

() CERTO () ERRADO

41. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o item seguinte à luz do Decreto n.º 3.048/1999 e da CF.

Equiparar-se-á a empresa, para os fins do RGPS, a pessoa física que, para fazer uma reforma na própria casa, contratar um mestre de obras e um ajudante.

() CERTO () ERRADO

42. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte. Em regra, o período de carência para a concessão do benefício de auxílio-doença é de doze contribuições mensais.

() CERTO () ERRADO

43. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Em fevereiro de 2016, Valdemar, que era empregado pelo regime celetista e recebia um salário mínimo de sua empregadora, foi demitido e, 30 dias depois, condenado à pena de prisão em regime fechado. Ele é casado com Idalina, com quem tem dois filhos menores.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue, com base nos regramentos previdenciários acerca do auxílio-reclusão.

Como Valdemar é segurado de baixa renda da previdência social, ele e seus dependentes fazem jus ao recebimento do valor correspondente ao auxílio-reclusão, que é de um salário mínimo, a ser rateado entre eles.

() CERTO () ERRADO

44. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Não é considerada doença do trabalho a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, mesmo que essa doença seja resultante de contato direto determinado pela natureza do trabalho.

() CERTO () ERRADO

45. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Equipara-se ao acidente do trabalho o acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário do trabalho, em consequência de desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

() CERTO () ERRADO

46. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n.º 3.048/1999, julgue o item a seguir. A filiação do segurado obrigatório ao RGPS decorre automaticamente do exercício da atividade remunerada.

() CERTO () ERRADO

47. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n.º 3.048/1999, julgue o item a seguir.

A filiação ao RGPS na qualidade de segurado facultativo pode retroagir, permitindo-se o recolhimento das contribuições relativas a competências anteriores à data da inscrição.

() CERTO () ERRADO

48. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito da inscrição e da filiação dos segurados obrigatórios e facultativos na forma do Decreto n.º 3.048/1999, julgue o item a seguir.

Os dados constantes dos cadastros informatizados da previdência social, como o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), valem como prova da filiação à previdência social, do tempo de contribuição e dos salários-de-contribuição, desde que acompanhados de outras provas documentais.

() CERTO () ERRADO

49. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com relação a contribuições sociais dos segurados e(ou) a decadência e prescrição relativamente a benefícios previdenciários, o próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Dagoberto obteve aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo INSS em junho de 2012. Entretanto, o INSS não efetuou o pagamento do abono anual proporcional do ano de 2012 nem o do ano de 2013. Nessa situação, atualmente, Dagoberto não mais tem direito a exigir o pagamento dos abonos anuais referentes aos anos de 2012 e 2013, visto que está prescrito o direito ao recebimento das referidas prestações.

() CERTO () ERRADO

50. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No próximo item, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário-de-contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Gustavo inscreveu-se na previdência social na condição de segurado facultativo. Nessa situação, o salário-de-contribuição de Gustavo deverá variar entre um salário mínimo e o teto máximo fixado em portaria interministerial.

() CERTO () ERRADO

51. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No próximo item, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário-de-contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Zilda mantém vínculo empregatício com a empresa Y e com a empresa Z, das quais recebe remuneração mensal equivalente a dois e três salários mínimos, respectivamente. Nessa situação, a contribuição previdenciária de Zilda deverá incidir sobre os valores recebidos de ambos os empregos.

() CERTO () ERRADO

52. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No próximo item, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário-de-contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

O contrato de trabalho de Carlos, empregado da empresa L & M Ltda., foi rescindido antes que ele pudesse usufruir de férias vencidas. Nessa situação, haverá a incidência de contribuição previdenciária sobre a importância paga a título de indenização das férias vencidas e sobre o respectivo adicional constitucional.

() CERTO () ERRADO

53. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com referência a arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue o item que se segue.

As empresas são obrigadas a arrecadar a contribuição do segurado contribuinte individual a seu serviço, descontando-a da respectiva remuneração.

() CERTO () ERRADO

54. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com referência a arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue o item que se segue.

A isenção de contribuição previdenciária concedida às pessoas jurídicas de direito privado estende-se aos seus empregados e aos trabalhadores avulsos a seu serviço.

() CERTO () ERRADO

55. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com referência a arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social, julgue o item que se segue. Compete à Receita Federal do Brasil arrecadar e fiscalizar o recolhimento das contribuições sociais previstas na CF.

() CERTO () ERRADO

56. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito do recolhimento de contribuição previdenciária fora do prazo, julgue o item subsequente.

As contribuições sociais incluídas ou não em notificação fiscal de lançamento ou inscritas em dívida ativa que forem pagas com atraso estarão sujeitas a atualização monetária, juros de mora e multa, a qual varia entre 8% e 20% sobre o crédito devido.

() CERTO () ERRADO

57. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o próximo item, relativo às contribuições dos segurados empregados, dos empregados domésticos e dos segurados facultativos.

A alíquota de contribuição, para custeio da seguridade social, dos segurados facultativos e dos segurados empregados é a mesma e varia segundo o salário-de-contribuição.

() CERTO () ERRADO

58. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o próximo item, relativo às contribuições dos segurados empregados, dos empregados domésticos e dos segurados facultativos.

A alíquota de contribuição do empregado doméstico para o custeio da seguridade social é inferior à alíquota aplicável aos demais empregados.

() CERTO () ERRADO

59. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à contribuição de empresas e empregadores domésticos para o financiamento da seguridade social, julgue o item subsequente. A contribuição do empregador doméstico é de 20% e incide sobre o salário mínimo.

() CERTO () ERRADO

60. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) No que se refere à contribuição de empresas e empregadores domésticos para o financiamento da seguridade social, julgue o item subsequente.

A contribuição empresarial de associação desportiva que mantenha equipe de futebol profissional distingue-se da contribuição exigida de outras empresas.

() CERTO () ERRADO

61. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito do custeio da seguridade social, julgue o item que se segue.

Parte dos valores arrecadados com concurso de prognósticos promovidos por órgãos do poder público ou por sociedades comerciais ou civis dentro do território nacional é destinada ao custeio da seguridade social.

() CERTO () ERRADO

62. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) A respeito do custeio da seguridade social, julgue o item que se segue.

Constitui fonte de receita da seguridade social um percentual incidente sobre os valores arrecadados com os resultados dos leilões de bens apreendidos pela Receita Federal do Brasil.

() CERTO () ERRADO

63. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Com base no disposto na Lei n.º 8.213/1991, que trata dos planos de benefícios da previdência social e dá outras providências, julgue o item seguinte.

Compõem o Conselho Nacional de Previdência Social representantes do governo federal e da sociedade civil, a qual é representada por aposentados e pensionistas, trabalhadores em atividade e empregadores.

() CERTO () ERRADO

64. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Mateus requereu ao órgão regional do INSS a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. O INSS indeferiu o pedido de Mateus por considerar que a doença que o acometera era curável, e que, por isso, ele era suscetível de reabilitação.

Acerca dessa situação hipotética e dos recursos nos processos administrativos de competência do INSS, julgue o item que se segue.

Caso seja interposto recurso contra a decisão que indeferiu o pedido de Mateus, o órgão regional do INSS que proferiu a decisão não poderá reformá-la, devendo encaminhar o recurso à instância competente.

() CERTO () ERRADO

65. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Mateus requereu ao órgão regional do INSS a conversão de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. O INSS indeferiu o pedido de Mateus por considerar que a doença que o acometera era curável, e que, por isso, ele era suscetível de reabilitação.

Acerca dessa situação hipotética e dos recursos nos processos administrativos de competência do INSS, julgue o item que se segue.

Contra a decisão do INSS pelo indeferimento, Mateus poderá interpor recurso administrativo, que será julgado, em primeira instância, pela Câmara de Julgamento da Previdência Social.

() CERTO () ERRADO

66. (INSS – CEBRASPE-CESPE – 2016) Julgue o próximo item com base na Lei n.º 8.742/1993, que dispõe sobre a organização da assistência social.